

**Universidade da Floresta: Uma aproximação etnográfica<sup>1</sup>**  
**Universidad del bosque: una aproximación etnográfica**  
**University of Forest: an ethnographic approach**

Eduardo di Deus<sup>2</sup>

**RESUMO:**

A Universidade da Floresta foi um projeto que há alguns anos buscou a implementação de um modelo inovador de ensino superior na Amazônia brasileira, que pudesse aliar pesquisa avançada na área de biodiversidade com conhecimentos tradicionais de populações locais. A partir de uma etnografia realizada em alguns eventos importantes do processo negociador desse projeto, pretende-se analisar controvérsias existentes nessa iniciativa de integração de conhecimentos científicos e tradicionais, em diálogo com a sociologia e a antropologia das ciências.

**Palavras-chave:** universidade; biodiversidade; conhecimentos tradicionais; Amazônia; Acre.

**RESUMEN:**

La universidad del bosque fue un proyecto que hace unos años buscó la implementación de un modelo innovador de la educación superior en la Amazonía brasileña, que podría combinar la investigación avanzada en el ámbito de la biodiversidad con el conocimiento tradicional de las poblaciones locales. A partir de una etnografía en algunos eventos importantes del proceso de negociación de este proyecto, nos proponemos analizar las controversias en esta iniciativa de integración del conocimiento científico y tradicional, en diálogo con la sociología y la antropología de las ciencias.

**Palabras clave:** universidad; biodiversidad; conocimientos tradicionales;

Amazonia; Acre.

### **ABSTRACT:**

The University of Forest was a project that a few years ago sought to implement an innovative model of university in the Brazilian Amazon, which could combine advanced research on biodiversity with traditional knowledge of local populations. Based on an ethnography conducted at some important events of the negotiation process of this project, I intend to analyze controversies in this initiative to integrate scientific and traditional knowledge, in dialogue with sociology and anthropology of sciences.

**Key-words:** university; biodiversity; traditional knowledge; Amazon; Acre.

### **Introdução**

Se investigar a ciência em ação, em construção, é uma tarefa que vem sendo enfrentada há alguns anos por pesquisadores nas ciências sociais, seria possível investigar não exatamente a prática científica, mas uma universidade em construção? Como abordar a proposta de se construir uma universidade com base no diálogo entre conhecimentos científicos e conhecimentos de povos da floresta amazônica? Iniciar o enfrentamento de questões como essas é o desafio do presente trabalho. Pretende-se lançar mão de algumas discussões da sociologia e antropologia das ciências para interpretar uma incursão etnográfica no processo negociador para a implementação da *Universidade da Floresta*, no estado do Acre.

Estamos entrando em um ambiente instável, prenhe de incertezas e controvérsias, à semelhança do ambiente descrito por Bruno Latour (2000) como característico dos laboratórios científicos. Mas dessa vez o objeto a ser transformado de *artefato* a *fato* é uma proposta de Universidade. Nosso “laboratório”

poderia ser circunscrito à região do Alto Rio Juruá, no interior do estado do Acre, onde se localiza Cruzeiro do Sul, planejada como sede da *Universidade da Floresta*. No entanto, à semelhança da construção dos fatos científicos, no percurso que tentaremos testemunhar estão sendo arregimentados aliados em lugares distintos como Brasília, Manaus, Chicago, Campinas, Rio Branco ou Viçosa. No trajeto, a bancada de parlamentares federais acreanos descobre a biodiversidade; o desenvolvimento regional sustentável encontra cientistas naturais e sociais; índios, seringueiros e outros povos da floresta se defrontam com a interiorização da ciência e da tecnologia. Aproximemo-nos.

### **Começando a entender: os grupos, o projeto, o processo**

Há algum tempo, relata-se, existia a ideia de se criar uma universidade voltada para a realidade regional acreana. No entanto, a genealogia da Universidade da Floresta se torna nebulosa quanto mais recuarmos aquém do ano de 2003, momento em que o “fervilhamento de propostas vindas de várias partes”<sup>3</sup> se articulou em um processo mais intenso de negociação política. Com a liderança do gabinete do então deputado federal Henrique Afonso (à época no PT/AC, posteriormente se filiando a partidos como o PV e PSDB) e do antropólogo Mauro Almeida (UNICAMP), aglutinou-se um núcleo de pesquisadores e representantes do governo estadual e de outras organizações sociais que iniciou articulações junto aos Ministérios da Educação (MEC), da Ciência e Tecnologia (MCT) e do Meio Ambiente (MMA), e realizou encontros em Rio Branco, Cruzeiro do Sul e Brasília para discutir e aprofundar o projeto, como está brevemente sintetizado no quadro I. Em seguida, o compromisso do Governo Federal se formalizou, a partir da criação de um Grupo de Trabalho

Interministerial (GTI) para apoiar a implementação da proposta, que se reuniu pela primeira vez no início de julho de 2005<sup>4</sup>.

Por ser fruto de múltiplas iniciativas, o projeto da Universidade da Floresta envolveu uma série de grupos sociais com interesses e motivações distintas. Buscou-se criar, com a formalização do GTI, um ambiente de discussões relativamente representativo dessa diversidade. Se a iniciativa da bancada federal acreana e de membros do governo estadual foi importante nas negociações interinstitucionais necessárias para que o processo político ganhasse corpo, não se pode dizer que conduziram o processo de maneira isolada. A esse grupo se juntou um corpo de pesquisadores<sup>5</sup> que desenvolvem ou desenvolveram pesquisas na região, além da inserção de pesquisadores e professores da Universidade Federal do Acre (UFAC). Verificou-se, nessa instituição, uma divisão entre pesquisadores e professores que participavam do projeto há mais tempo – sobretudo aqueles vindos de um centro de pesquisa, o Parque Zoobotânico (PZ) –, e os que entraram no processo a partir do momento em que se definiu o papel da Ufac como instituição que acolheria o projeto. Além disso, foi possível identificar dois tipos de demanda regional que o apoiam: em primeiro lugar, a de grupos e movimentos sociais dos chamados povos da floresta – indígenas, seringueiros, ribeirinhos e agricultores – que lutam pela valorização de seus sistemas de conhecimento e por novas opções de formação; em segundo lugar, verificou-se uma demanda popular urbana na região de Cruzeiro do Sul, segunda maior cidade do estado do Acre, por uma maior oferta de cursos de graduação e por mais opções de formação na região. Representando as primeiras demandas regionais mencionadas verificamos a presença de organizações comunitárias e regionais<sup>6</sup> e de organizações não-governamentais

que acumulam experiência em educação junto a povos da floresta<sup>7</sup>. Por fim, também participaram dos debates representantes do MEC, MMA, MCT, além de outros ministérios que possivelmente se juntariam ao processo, por terem assento no GTI.

Ao analisar os documentos acessados (quadro II), foi possível mapear alguns objetivos e/ou justificativas que estiveram presentes ao longo de toda a formulação da proposta. O primeiro deles era mobilizar o potencial da diversidade biológica e sócio-cultural do Alto Juruá por meio de um novo modelo de integração entre academia, sociedade e estado na Amazônia, que fosse capaz de estimular o desenvolvimento regional. O respeito ao modo de vida dos povos da floresta e a sua inclusão na produção do conhecimento também são recorrentemente citados. Outro objetivo era promover a fixação de capacidade técnica e dos conhecimentos na região, que viria a colaborar para a desconcentração da ciência e tecnologia no país. Além disso, esperava-se que o conhecimento gerado pudesse fornecer subsídios para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade. Com uma recorrência um pouco menor, também era citado o potencial de integração com os países vizinhos (Peru e Bolívia, principalmente), fruto da localização estratégica da região do Alto Juruá. Como se vê, trata-se de um projeto estruturado em uma base inovadora, que se relaciona diretamente com algumas discussões que se dão em torno de mudanças que estariam se dando na produção do conhecimento. Abordaremos essa questão mais à frente neste trabalho.

Voltemos nossas atenções para o desenho institucional pensado para dar conta desses objetivos. O “complexo Universidade da Floresta”, como foi chamado, assentava-se no tripé “pesquisa avançada, ensino superior e capacitação técnica” e composto pelas seguintes unidades: *Instituto da Biodiversidade*

*e do Manejo dos Recursos Naturais* (um centro de pesquisa), *Campus avançado UFAC Floresta* (consolidação e expansão dos cursos de graduação da Universidade Federal do Acre em Cruzeiro do Sul) e o *Centro de Formação e Tecnologias da Floresta – CEFLORA* (um centro de formação tecnológica e profissional).

O *Instituto da Biodiversidade e do Manejo dos Recursos Naturais* (IB) foi idealizado como um centro de pesquisas avançado na área da biodiversidade, com estrutura relativamente autônoma em relação à UFAC, que atenderia a demandas regionais e incluiria as comunidades na produção do conhecimento. O IB estava previsto para funcionar com um laboratório sede em Cruzeiro do Sul e laboratórios da floresta, unidades espalhadas pelo estado do Acre.

No *Campus avançado UFAC Floresta* deveriam ser fortalecidos os dois cursos já existentes em Cruzeiro do Sul, Pedagogia e Letras, e criados três novos: Engenharia Florestal, Biologia e Enfermagem. Esperava-se que os novos cursos tivessem estruturas curriculares inovadoras e que contemplassem a diversidade étnica regional em seus corpos docente e discente. Ademais, o Campus deveria ter suas atividades apoiadas pela estrutura do IB. Sua implementação, assim como a criação da estrutura do IB, dependia diretamente da aprovação no Conselho Universitário (CONSU) da UFAC.

O terceiro componente, o *Centro de Formação e Tecnologias da Floresta – CEFLORA*, atuaria na formação profissional e no desenvolvimento de tecnologias da floresta, também com a proposta de integrar conhecimentos tradicionais dos povos da região nos cursos. Pretendia-se que ele tivesse atuação de maneira articulada com o Instituto da Biodiversidade, através de demandas por pesquisas em áreas específicas. Sua

implementação estava sob responsabilidade da Gerência de Educação Profissional da Secretaria Estadual de Educação (GEPRO/SEE-AC). É o funcionamento integrado desses três componentes que, segundo os envolvidos, poderia dar conta do alcance dos objetivos do projeto da Universidade da Floresta.

Esse modelo descrito em suas linhas gerais se encontrava em plena construção. Isso se tornou patente durante a 1ª Reunião do Grupo de Trabalho Interministerial, de 4 a 6 de julho de 2005. Em primeiro lugar, surgiram muitas dúvidas quanto à inserção dos grupos sociais comunitários/tradicionais no projeto, e quanto à maneira pela qual se estabeleceria o diálogo entre os distintos saberes. Isso veio à tona principalmente durante a apresentação – por parte do corpo docente da UFAC de Rio Branco – das primeiras propostas de currículos para os novos cursos da UFAC Floresta, que deveriam ter as características de inovação e diálogo com os grupos locais. Houve protestos de organizações representativas dos povos da floresta, que não se sentiam contempladas pelo esforço de flexibilização curricular feito pelos professores, realizado dentro dos limites impostos pela legislação que regula os parâmetros curriculares dos respectivos cursos. Tentou-se responder ao questionamento dizendo que os cursos de graduação seriam apenas um dos componentes da Universidade da Floresta, que em sua tripla estrutura ela conseguiria dar conta da inclusão desses povos, sobretudo por meio das pesquisas desenvolvidas no IB e dos cursos oferecidos pelo CEFLOA. Estávamos diante de um processo, no qual os comunitários não estavam tão envolvidos quanto outros grupos.

Outra polêmica ocorrida, da qual pude apenas testemunhar alguns reflexos, foi em torno do papel da UFAC no projeto, que nem sempre esteve definido. Em 2003, discutia-se a possibilidade

de criar em Cruzeiro do Sul uma nova Instituição Federal de Ensino Superior. Pressões por parte da UFAC levaram ao formato que se encontrava em discussão, que expandia o campus avançado dessa universidade já existente em Cruzeiro do Sul e o integrava à Universidade da Floresta. A própria lista dos cursos que seriam oferecidos sofreu algumas alterações. Falava-se, em momentos anteriores, da possibilidade de construir novos cursos de graduação, como o de Manejo de Recursos Naturais, por exemplo. Essa proposta foi substituída pelos atuais cursos de Biologia e Engenharia Florestal.

### **Condições de possibilidade**

Após esse rápido e preliminar passeio pela estrutura da proposta da Universidade da Floresta e por parte de seu desenvolvimento, olhemos para fatores que compõem as condições de possibilidade para que seu projeto ganhasse força. Em primeiro lugar, cumpre ressaltar que a proposição de um modelo universitário inovador, baseado no pressuposto de construir pontes de diálogo com a população local e seus saberes, em uma região distante dos grandes centros do país, deve ser compreendida no bojo do ambiente político específico em que se insere. O estado do Acre é tido como um dos principais pólos irradiadores dos movimentos sociais de povos da floresta.

Além disso, é no marco das preocupações nacionais e internacionais com a conservação da biodiversidade – sobretudo nas florestas tropicais, entre as quais a Amazônia é a maior do mundo – que o projeto situa alguns de seus objetivos e busca sustentação. A região do Alto Juruá, segundo o projeto executivo de abril de 2004, é reconhecida como uma das áreas de maior concentração de biodiversidade do mundo. A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), aberta a assinaturas durante a Rio-



92, tem como seus três princípios a conservação da biodiversidade, o seu uso sustentável e a repartição dos benefícios advindos do acesso a seus recursos. A CDB também reconheceu, por meio de seu artigo 8J, a importância dos conhecimentos dos povos tradicionais para a biodiversidade e a necessidade de proteger e recompensar esses povos. Mecanismos para tal, no entanto, ainda são alvo de controvérsias, e não foram implementados.

Em outro trabalho procurei investigar os processos relacionados à sociogênese do conceito de biodiversidade como uma questão central no ambientalismo brasileiro (DI DEUS, 2005). Preocupavam-me, sobretudo, questões relativas à transformação dessa questão em objeto privilegiado de políticas públicas. Nessa investigação emergiram questões relativas à mediação do conhecimento científico na condução das políticas de conservação da biodiversidade e, principalmente, às relações assimétricas estabelecidas com as chamadas populações tradicionais na condução destas políticas. O conhecimento científico sobre a biodiversidade ocupa posição central nesse contexto, não somente enquanto guia para o alcance de sua conservação, mas também como ferramenta para incrementar o desenvolvimento da nação. Chama a atenção a posição ambígua em que as populações tradicionais se encontram: ao mesmo tempo em que são consideradas detentoras de conhecimentos e territórios fundamentais para os objetivos da conservação da biodiversidade e são, portanto, convocadas a participar da construção destas políticas, sua inserção se dá em meio a uma assimetria, sobretudo em uma arena de poder mediada pela posse do conhecimento científico. A construção da Universidade da Floresta como proposta inovadora de produção de conhecimento emergiu, pois, no caldo cultural das questões relativas à biodiversidade em nível nacional e internacional.

Além disso, podemos indicar como outro fator relevante para situar essa proposta a já mencionada disposição no campo conservacionista pela busca de geração de conhecimento que seja capaz de dar respostas aos objetivos de conservação da biodiversidade. O *XIX Encontro Anual da Sociedade para a Biologia da Conservação*, realizado em Brasília entre os dias 15 e 19 de julho de 2005, indica que estão surgindo em várias partes do Brasil e do mundo novas propostas de ensino superior e pesquisa que se relacionam com demandas sociais conservacionistas. De fato, o tema geral do encontro foi “*Conservation Biology Capacity Building and Practice in a Globalized World*”<sup>8</sup>. Uma breve análise de sua programação revela que ao menos dois simpósios enfrentaram diretamente a questão da formação em conservação<sup>9</sup>. Em outro simpósio, dedicado à relação entre biodiversidade e desenvolvimento sustentável, o projeto da Universidade da Floresta foi apresentado por um professor da UFAC/PZ<sup>10</sup>.

É preciso considerar, mesmo que brevemente, a política científica e tecnológica brasileira. Segundo Sobral (2001, p. 268-9), entre outros objetivos do Plano Plurianual (PPA) 2000-2003 estão: “consolidar, expandir e aprimorar a base nacional de ciência e tecnologia” e “inserir a ciência e tecnologia nas estratégias de desenvolvimento social”. Um breve exame do plano estratégico do MCT no PPA seguinte indica uma disposição semelhante à levantada por Sobral para o governo anterior. Dentre os quatro eixos estratégicos destacamos os seguintes: “expansão e consolidação do sistema nacional de C, T & I [Ciência, Tecnologia e Inovação]” e “inclusão social”. No primeiro, encontramos um componente dedicado ao fortalecimento e expansão dos Institutos de Pesquisa na Amazônia. No segundo, o apoio ao fortalecimento e expansão dos “Centro Vocacionais Tecnológicos - CVTs”. O IB

e o CEFLORA se encaixavam, respectivamente, nesses objetivos. Isso foi reafirmado pelo representante do MCT na 1ª Reunião do GTI, logo após fazer uma apresentação das ações de seu ministério, sobretudo na área dos Institutos de Pesquisa na região. Também foi afirmado, pelo representante do MEC na mesma reunião, que a Universidade da Floresta se encontra na lista de prioridades de um plano de expansão universitária de seu ministério, que criaria cerca de uma dezena de novas unidades em todo o Brasil.

Tendo em vista os fatores acima, compreende-se melhor o apoio dado pelos ministérios envolvidos com o projeto. O Ministério do Meio Ambiente enxerga na proposta um laboratório de soluções para a questão da conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade, compromissos assumidos inclusive internacionalmente. O Ministério da Ciência e Tecnologia consolida, com o apoio à proposta, seus objetivos de interiorização da C&T – especialmente na estratégica região amazônica – em um projeto vinculado ao desenvolvimento regional. Como se vê, não é à toa que a opinião do representante do MCT encontrou eco na reunião do GTI. Ele dizia que estaríamos passando por um “momento favorável único”. Essa fala é uma referência não somente às diretrizes norteadoras das políticas públicas federais, mas também às afinidades ideológicas e políticas que em sua leitura existiam entre parte dos então membros do poder público federal e a proposta da Universidade da Floresta.

## **Novos modos de produção de conhecimento e autonomia e ciência**

Há uma discussão na sociologia da ciência a respeito da emergência de um “novo modo de produção do conhecimento”

na sociedade contemporânea. Para Gibbons *et al* (1994), paralelamente à existência do *modo 1* de produção do conhecimento, estaria surgindo o *modo 2*. O modo 1 se caracterizaria por um primado dos interesses acadêmicos na colocação e resolução dos problemas científicos e por um forte viés disciplinar, ou seja, pela existência de comunidades científicas dedicadas a cada disciplina, que de maneira homogênea tentariam dar cabo de problemas comuns. O modo 2 seria marcado por emergir em um *contexto de aplicação*, ou seja, pela influência de problemas práticos, e não somente cognitivos/disciplinares na definição da agenda de pesquisa; por uma *transdisciplinariedade*, que seria considerada como cada vez mais indispensável na resolução dos problemas de pesquisa; pela *diversificação de locais de produção do conhecimento*, não estando mais restrita às universidades; e, por fim, pela *responsabilidade social* nesse processo, ou seja, o conhecimento passaria a ser orientado não somente para os produtores e seus pares, mas também para não-produtores.

Em que medida, no entanto, o modo 1 não constituiria uma idealização do que a atividade científica supostamente teria sido no passado, com base em modelos advindos da epistemologia, e o modo 2 um misto de características que sempre existiram na prática científica com tendências de intensificação de outras características que eram incipientes? Seria possível justificar o caráter de novidade do modelo descrito pelos autores em relação a uma suposta prática científica anterior? Para que se defenda a existência de uma transformação como essa, não se faz necessário que o modo antigo seja contextualizado historicamente? Nowotny, Scott, e Gibbons (2001) procuram complementar essa lacuna em uma segunda obra dedicada ao tema, em que boa parte de seus esforços se volta a uma discussão histórica a respeito das transformações

na ciência e na sociedade em geral. No entanto, em um texto que discute os impactos que os fenômenos acima descritos teriam na ciência e tecnologia produzidas no Brasil, Sobral (2004, p. 230) identifica um “modelo misto de desenvolvimento científico”. Essa autora contribui para uma relativização do caráter de novidade do modelo de Gibbons ao citar uma carta escrita por L. Pasteur<sup>11</sup> a uma autoridade francesa, em que buscava justificar e conseguir financiamento para suas pesquisas sobre fermentação com base na possível utilidade das mesmas para a indústria do vinho.

Investigações sobre a história da prática científica – na área militar, por exemplo, mas em muitas outras – poderiam possivelmente trazer material empírico para essa polêmica que mencionamos, a partir de poucos dados. Não parece ser frutífero, pois, e nem é o objetivo do presente trabalho, embarcar nessa discussão acerca de se estaríamos de fato diante de uma transformação entre dois modos distintos de produção do conhecimento, mas sim aproveitar a riqueza analítica contida no trabalho de Gibbons. De fato, não é necessário que aceitemos o modelo de transformação construído por esse autor para que reflitamos sobre a proposta da Universidade da Floresta a partir de algumas características da produção do conhecimento que ele descreve.

Aquilo que o autor considera como conhecimento produzido em *contexto de aplicação* é uma das principais características dessa proposta. Na realidade, o projeto foi justificado e conseguiu envolver um grande número de grupos sociais no processo de implementação devido à prioridade atribuída à busca por conhecimentos capazes de dar respostas a questões como a conservação da biodiversidade, o desenvolvimento regional e a relação com as demandas sociais da região. Em uma breve análise da proposta de regimento interno do Instituto da Biodiversidade

observa-se que um dos três componentes da proposta é explícito a respeito desse ponto como, por exemplo, no seguinte trecho:

Art. 2º. *O IB, como uma unidade de pesquisa, de intercâmbio científico, de formação, treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos, tem por finalidade gerar ciência e tecnologia para que a sociedade possa decidir sobre seu futuro, constituindo um novo modelo de relações entre o setor acadêmico, as populações e o desenvolvimento regional e contribuindo para melhorar a qualidade de vida da população regional.*

Além disso, Gibbons nos fala da *transdisciplinarietà* e da *responsabilidade social*. Quanto a esses fatores, a proposta em análise lança alguns desafios. Primeiramente, para além de um conhecimento transdisciplinar que seja capaz de gerar soluções para os problemas acima delineados estamos diante, assim entendendo, de uma disposição por gerar um conhecimento *transcultural*, na medida em que está expresso – em uma versão de seu projeto executivo em abril de 2004 – como uma das missões da Universidade da Floresta:

Ousar realizar um projeto científico, tecnológico e social que esteja inserido na vanguarda da ciência, consolidando e ampliando um modelo de política científica emergente no estado do Acre: *a integração das comunidades locais ao processo de produção do conhecimento.*

Estamos diante, pois, de um grande desafio: se a ideia de responsabilidade social na produção do conhecimento analisada por Gibbons consistia em orientar a produção do conhecimento para os interesses e necessidades dos não-produtores, nessa proposta de universidade buscava-se incluir povos indígenas, seringueiros e outros no processo mesmo de produção de conhecimento. De que maneira a questão da autonomia da ciência pode ser pensada nesse contexto?

Ao revisarmos esse projeto de universidade constatamos

que estamos muito distantes daquela imagem de ciência construída na sociologia de Merton (1968), na qual a autonomia da ciência era tida como pré-requisito para seu “progresso”, em uma forte reação às interferências dos interesses do Estado nazista na produção do conhecimento. Pelo contrário, essa proposta tem como uma das maiores justificativas – e características inovadoras – a capacidade de responder e interagir com o contexto social imediato.

Bourdieu (1983), em seu trabalho a respeito dos “campos científicos”, analisa os mecanismos pelos quais se dão as estratégias e lutas entre cientistas pelo monopólio da autoridade científica (capacidade técnica e poder social) no interior desses “campos”, que seriam arenas estruturadas de posições e dotadas de relativa autonomia. A autonomia é relativa na medida em que os campos científicos, mantendo sua lógica própria, são capazes de responder a questões advindas de outros campos. Em texto posterior (BOURDIEU, 2003), o mesmo autor procura enfrentar a questão, a partir da aplicação da ciência. Refletindo sobre o contexto de instituições públicas de pesquisa na França, Bourdieu indica que o atendimento a demandas sociais funciona às vezes como parte da busca por legitimidade da ciência, e enxerga que essa atitude não seria incompatível com a autonomia do campo científico. No entanto, isso não parece ser suficiente para pensarmos esse contexto em que, como frisamos acima, não há apenas o atendimento de demandas sociais populares, mas a inclusão de outros saberes na produção do conhecimento – saberes esses reconhecidos como relevantes para o alcance de alguns dos objetivos desse projeto universitário, como a conservação da biodiversidade, por exemplo. A ideia de campo científico pode ser mantida nesse contexto e os povos da floresta entendidos como novos agentes nesse campo? Estaríamos diante de um novo

tipo de campo, um campo do conhecimento/epistêmico, com o acréscimo de novas “posições” e novas disputas de legitimidade? Na próxima seção esse problema será novamente enfrentado.

Por fim, é importante afirmar que não se pode querer instaurar sem conflitos um modelo de universidade como o que se delineia. Foi possível identificar que a implementação do projeto encontrou resistências em alguns setores da Universidade Federal do Acre. Essas Segundo relatos essas se tornaram manifestas sobretudo no Conselho Universitário e se basearam em um entendimento de que se estaria ferindo justamente os princípios de autonomia universitária. Estava aí sendo colocado em questão também o desenvolvimento do projeto, cuja iniciativa partiu principalmente de membros externos a essa instituição. A definição tardia do papel da UFAC no projeto e o fato de a iniciativa ser externa à sua estrutura certamente contribuíram para essa situação. A definição dos cursos de graduação e seus currículos, assim como a aprovação da estrutura relativamente independente do IB dependeriam, como dito anteriormente, da ação de professores dessa instituição. O equilíbrio de forças nesse jogo político interno foi fundamental na implementação que se realizou a partir do projeto inicial.

### **“Quando os de dentro saem” ou quando os de fora entram – a relação entre cientistas e povos da floresta**

Criar um modelo universitário que integre conhecimentos científico e tradicional não é uma tarefa fácil. Estamos diante de sistemas muito distintos de produção de conhecimento. Nesta última seção tentaremos iniciar a abordar esse diálogo tendo como base a análise da prática científica empreendida por Latour (2000). Esse autor opta por analisar a ciência em ação, em seu processo de produção com suas controvérsias em aberto e não a ciência acabada.



Dessa maneira ele se propõe a percorrer o caminho pelo qual as caixas-pretas da ciência – os fatos científicos – são fechadas, ou seja, olhar para o processo de transformação de um artefato em um fato. Seu trajeto se inicia pela análise da *literatura científica*, quando propõe que o estatuto de verdade ou falsidade – de fato ou artefato – de uma proposição reside não em propriedades intrínsecas, em uma correspondência com uma realidade exterior, mas nas leituras e avaliações posteriores que essas proposições receberem. Revela-se, pois, o caráter coletivo de sua produção, na medida em que uma afirmação verdadeira depende de leituras posteriores. As controvérsias continuam se entrarmos no local por excelência de produção dos fatos científicos, onde a literatura científica se origina: o *laboratório*. Nesse ambiente verifica-se o alistamento de aliados humanos e não-humanos necessários para o fechamento das caixas-pretas, e a ideia de uma *natureza*, assim como de uma *sociedade* que atuem na determinação da ciência são postas de lado. Elas aparecem antes como consequência, e não como causa da resolução das controvérsias, ou seja, da produção dos fatos.

Em uma crítica à separação comumente aceita em sociologia da ciência – entre contexto e conteúdo – Latour analisa também a ação do cientista fora do laboratório: “quando os de dentro saem”. Em linhas gerais, esse autor defende que todo o processo de criação e legitimação de uma disciplina e de seus objetos, de criação de elos da mesma com outras instâncias como o poder público, o mercado etc, são parte intrínseca do fazer científico, da criação de elos necessários para as afirmações e fatos de sua ciência. Dessa forma, expande-se o tamanho da *rede* envolvida na ciência. Não-cientistas já participam, nesse entendimento, do grupo de aliados necessários para a produção da ciência, mas a legitimidade sobre os fatos continua reservada aos “demiurgos” situados em “lugares

restritos”: as instituições científicas (LATOUR, 2000, p. 293-348).

Mas como pensar essa situação específica, em que se busca construir um local propício para a produção de um tipo de conhecimento híbrido, junto aos saberes de grupos sociais não científicos, em um movimento que seria, nos termos latourianos, *quando os de fora entram?* Como vão atuar os “tribunais da razão” nesse processo, em que os aliados se aproximam dos *nós da rede tecnocientífica*, reservados aos cientistas?

Esses tribunais operariam os “julgamentos de racionalidade”, que partem do pressuposto de que há uma distinção entre *ideias racionais* (conhecimento científico) e *ideias irracionais* (crenças) e define as segundas como afastamentos das primeiras, desvios de uma compreensão mais aproximada do que viria a ser realidade, ou como quebra de regras lógicas. Estamos diante de um tratamento assimétrico, característico das redes da tecnociência. Há aí o “grande divisor” entre “nós” e “eles”: os que “sabem” sobre coisas e os que “acreditam” em coisas.

É importante aqui lembrar também dos escritos de Latour em “Jamais Fomos Modernos” (1994), em certa medida relacionados ao que já discutimos. O autor denomina de “constituição moderna” uma construção – que, segundo ele, funda a modernidade – de “natureza” e “sociedade” enquanto domínios distintos, o que pressupõe uma divisão no trabalho de discorrer a respeito de cada um deles. Cabe a diferentes ciências a legitimidade de falar sobre elas. É o mecanismo que ele chama de “purificação”, que retira a dimensão de humanidade dos “híbridos” ou “quase-objetos” que proliferam em nossas sociedades, tornando-os objeto legítimo de um grupo que deteria o acesso privilegiado a esses.

Como poderia se dar, nessas condições, a construção de um conhecimento híbrido? Somente avançar-se-á nesse objetivo na medida em que tanto a “constituição moderna” quanto o “grande divisor” forem postos em questão. Isto é, quando e na medida em que a tecnociência olhar para os meandros de seus mecanismos operativos, colocando em perspectiva todos esses caminhos trilhados e pondo em questão seu monopólio de verdade sobre essas construções chamadas de “natureza” e “sociedade”, que são antes produtos do que objetos de suas análises. Repensando, por fim, a sua relação com outros sistemas de saberes.

### **Considerações finais**

Passados alguns anos do processo negociador descrito acima, do que viria a ser a Universidade da Floresta, o projeto trilhou caminhos um pouco diferentes do planejado pelos proponentes. Esses caminhos devem ser entendidos a partir da posição assimétrica entre os distintos modos de conhecimento que esse projeto buscava integrar. Little (2010) propôs o conceito de intercientificidade como instrumento analítico de compreensão das relações entre as ciências e os chamados conhecimentos tradicionais. No entanto, esse autor bem lembra que não se pode negligenciar a dimensão conflitiva e assimétrica nestas relações. Nadasdy (2005) vai além e diz que os processos participativos que buscam integrar os conhecimentos locais a projetos modernos de conhecimento tendem a compartimentalizá-los e enquadrá-los de acordo com uma lógica burocrática. Portanto, não se constituem em mecanismos de emancipação. Como indicado anteriormente, a incorporação da proposta na estrutura da já existente Universidade Federal do Acre (UFAC) acabou por dificultar a implementação

dos pontos inovadores do projeto, que previam inicialmente instituições propícias a construir conhecimentos híbridos, com o protagonismo dos detentores dos saberes da floresta. Nos conselhos superiores da já estabelecida Universidade e nos demais âmbitos administrativos do governo federal foi privilegiado um perfil de instituição mais próximo da institucionalidade existente. O instituto de pesquisas avançadas em biodiversidade, então chamado pela sigla IB, que fora pensado para dinamizar o conhecimento tradicional local em pesquisas de ponta, não foi criado. Os cursos de graduação nas áreas de ciências da natureza foram elaborados em formatos convencionais, e já formaram algumas turmas sem, no entanto, a integração com o tipo de pesquisa que se projetava para o IB. A própria contratação dos novos docentes desses cursos não foi realizada com a consideração de perfis profissionais voltados para um diálogo intercientífico / intercultural.

A exceção ficou por conta de um curso, o de Licenciatura Intercultural Indígena, que formou no final de 2013 sua primeira turma, composta por docentes indígenas que já atuavam em suas comunidades a partir de formações interculturais oferecidas pela Comissão Pró-Índio do Acre e pelo Governo do Acre. Hoje tais formados são pesquisadores indígenas licenciados para a atuação em estudos e docência nas aldeias. Por fim, o eixo de formação em nível técnico do projeto foi implementado por meio da criação do CEFLOA, um Centro de Formação Profissional em âmbito estadual, que não consolidou o perfil de especialização na área de biodiversidade com integração a pesquisas de ponta, como se previa, e acabou por pluralizar sua atuação junto a outros perfis de demandas regionais por formação profissional. Como se vê, o projeto da Universidade da Floresta, idealizado como vanguarda da pesquisa, ensino e extensão na Amazônia,

## QUADRO I

### **Acontecimentos importantes do processo negociador da Universidade da Floresta até o ano de 2005**

**Cruzeiro do Sul/AC, 9 e 10 de outubro de 2003.** Com a iniciativa de parlamentares acreanos e alguns pesquisadores atuantes na região, realiza-se o seminário “A Universidade do Século XXI na Floresta do Alto Juruá/AC”, que reuniu cerca de 400 participantes de 83 instituições (representantes de instituições públicas de nível municipal, estadual e federal, de organizações não-governamentais, de instituições de ensino e pesquisa, de organizações sociais da região, entre outros) para formular diretrizes e pressupostos para a um novo centro de ensino e pesquisa a ser implementado em Cruzeiro do Sul, principal cidade do Alto Juruá, no estado do Acre.

**Brasília/DF, 11 de dezembro de 2003.** Reunião de um Grupo de Trabalho indicado pelo seminário de Cruzeiro do Sul, então composto principalmente por representantes dos Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia, do governo do estado do Acre, de pesquisadores colaboradores e parlamentares daquele estado. O objetivo é avançar no delineamento institucional da proposta.

**Rio Branco/AC, 3 a 7 de abril de 2004.** Esse Grupo de Trabalho – com sua composição ampliada – trabalha no detalhamento da proposta. Consolida-se a estrutura da Universidade da Floresta composta por três pilares: o Instituto da Biodiversidade (um centro de pesquisa) a UFAC Floresta (consolidação e expansão dos cursos de graduação da Universidade Federal do Acre em Cruzeiro do Sul) e o CEFLOA (Centro de Formação e Tecnologias da Floresta, um centro de formação tecnológica e profissional).

**Cruzeiro do Sul/AC, 27 a 30 de agosto de 2004.** Realiza-se um encontro de um GT criado para discutir um desses componentes da Universidade da Floresta: o então intitulado Instituto da Biodiversidade (IB). Considerado por alguns como o “carro chefe” da proposta, esse instituto é idealizado como um centro de pesquisa de ponta em áreas relativas à biodiversidade.

**Brasília/DF, 17 de maio de 2005.** É publicada no Diário Oficial da União uma Portaria Interministerial instituindo um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) “com a finalidade de articular e implementar ações junto ao governo federal para viabilizar a implantação da Universidade da Floresta no Estado do Acre”.

**Rio Branco/AC, 4 a 6 de julho de 2005.** Realiza-se a primeira reunião do GTI oficialmente formado, com a participação da então Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. As discussões giraram principalmente em torno do aprofundamento da implementação dos três componentes do projeto.

## **QUADRO II**

### **Documentos Consultados**

- 1)** Documento final do seminário: “A Universidade do Século XXI na Floresta do Alto Juruá/ AC: subsídios e pressupostos para um novo projeto” (9 e 10 de outubro de 2003).
- 2)** Ajuda-memória de reunião realizada em 12 de novembro de 2003.
- 3)** Projeto Executivo – Universidade da Floresta (abril de 2004).
- 4)** Relatório final da reunião do GT Instituto da Biodiversidade/Universidade da Floresta (27 a 30 de agosto de 2004).
- 5)** Portaria Interministerial Nº 132, de 17/05/2005, publicada no Diário Oficial da União no dia 18/05/2005 (institui um GTI para apoiar a implementação da Universidade da Floresta).
- 6)** Regimento Interno do Instituto de Biodiversidade e Manejo dos Recursos Naturais – IB (proposta para discussão, junho de 2005).

**Notas:**

**Agradecimentos:** este trabalho se tornou possível graças às discussões realizadas na disciplina Sociologia da Ciência e Tecnologia, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília, ministradas pelos professores Fernanda Sobral e Michelangelo Trigueiro. Sou grato aos professores e colegas de turma, que contribuíram para estas reflexões. O conteúdo, no entanto, é de responsabilidade do autor do presente texto. Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio à pesquisa.

1 Este texto se baseia em uma etnografia realizada no ano de 2005, no acompanhamento de alguns momentos do processo político de negociação para criação da referida Universidade. De lá para cá o projeto acabou por não ser implementado como previsto. Serão analisados principalmente os eventos ocorridos naquele momento crucial, que servirão de base para considerações a respeito da relação entre ciência e os chamados conhecimentos tradicionais.

2 Professor Adjunto – Faculdade de Educação. Pesquisador Colaborador – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS, Universidade de Brasília – UnB). Endereço eletrônico: [eduardodideus@unb.br](mailto:eduardodideus@unb.br). Telefone: 61. 9973-0393. Endereço institucional: Campus Universitário Darcy Ribeiro; Faculdade de Educação - Prédio FE 03 BSS-11/4; Asa Norte - Brasília-DF; Cep: 70.910-900

**3** Palavras do Dr. Mauro William Barbosa Almeida (UNICAMP) – antropólogo acreano que há três décadas desenvolve pesquisas junto aos seringueiros da Reserva Extrativista do Alto Juruá – durante reunião em Rio Branco/AC, nos dias 4 a 6 de julho de 2005. Mauro fez referência às seguintes iniciativas: os planos de desenvolvimento sustentável do governo estadual; demandas sociais por inclusão intelectual/científica; políticas públicas federais dos Ministérios da Educação, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia; interesses de institutos de pesquisa e pesquisadores nacionais e internacionais, inclusive a Universidade Federal do Acre (UFAC) através de seu Parque Zoobotânico (PZ).

**4** De acordo com a Portaria Interministerial Nº 132, de 17/05/2005, publicada no Diário Oficial da União no dia 18/05/2005, que instituiu o GTI, o mesmo foi composto por cerca de 45 membros, representantes de seis ministérios, da UFAC e das instituições de pesquisa parceiras, de entidades e organizações sociais atuantes na região, do governo estadual e da bancada parlamentar federal.

**5** Oriundos de instituições de ensino e pesquisa nacionais e internacionais como Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade de Chicago, Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), entre outras.

**6** Para citar apenas algumas, o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), o Centro de Medicina da Floresta (CMF), a Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC), Associação Ashaninka Apiwtxa, Associação de Agricultores e Extrativistas do Rio Crôa e Alto Alagoinha



7 Como a Comissão Pró-Índio-Acre (CPI-AC) e o Centro de Trabalho Amazônico (CTA).

8 Algo próximo de “Capacitação/formação e prática em Biologia da Conservação em um mundo globalizado

9 São os seguintes: simpósio 03 – “Capacity Building for Conservation: Diverse Audiences, Multiple Approaches, and Challenges for the Future” e simpósio 10 – “Proposing International Graduate Programs for the Next Generation of Conservation Leaders”.

10 No simpósio 09, o Professor Marcos Silveira apresentou o seguinte trabalho: “The ‘University of the Forest’ in Brazilian Amazonia: social commitment and applied research”.

11 Carta essa citada por Bruno Latour em uma conferência de 1995.

### **Referências bibliográficas**

BOURDIEU, Pierre. **O Campo Científico**. Coleção Grandes Cientistas Sociais, Nº 37. São Paulo: Ática, 1983 [1976].

\_\_\_\_\_. **Os usos sociais da ciência**. São Paulo: Editora UNESP, 2003 [1998].

DI DEUS, Eduardo. Biodiversidade no Brasil: uma abordagem antropológica sobre a domesticação de um conceito. Dissertação de Graduação, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2005.

GIBBONS, Michael; LIMOGES, Camille; NOWOTNY, Helga; SCHWARTZMAN, Simon; SCOTT, Peter; TROW, Martin. **The New Production of Knowledge: the dynamics of science in contemporary societies**. London: Sage, 1994.

NOWOTNY, Helga; SCOTT, Peter; GIBBONS, Michael. **Rethinking Science**. Cambridge: Polity Press, 2001.

LATOUR, Bruno. **Jamais Fomos Modernos**. Rio de Janeiro: Ed 34, 1994 [1991].

---

\_\_\_\_\_. **Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Ed. UNESP, 2000 [1986].

LITTLE, Paul. **Conhecimentos tradicionais para o século XXI: Etnografias da Intercientificidade**. São Paulo: Annablume, 2010.

MERTON, Robert K. **Sociologia: ideologia e estrutura**. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

NADASDY, Paul. **The Anti-politics of TEK: The Institutionalization of Co-management Discourse and Practice**. *Anthropologica*, 2005, 47(2), pp. 215-232.

SOBRAL, Fernanda da Fonseca. **A Universidade e o Novo Modo de Produção do Conhecimento**, *Caderno CRH*, nº 34, p-265-275, jan/jun 2001.

---

\_\_\_\_\_. **Desafios das ciências sociais no desenvolvimento científico tecnológico contemporâneo**. In: **Sociologias**, UFRGS, Porto Alegre, Ano 6, Nº 11, p. 220-237, jan/jun 2004.